

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

**Atena**  
Editora

Ano 2021

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



**Denise Pereira**  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes editoriais**

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

## História: espaços, poder, cultura e sociedade

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Denise Pereira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.  
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

### **CAPÍTULO 4..... 37**

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

### **CAPÍTULO 6..... 64**

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

### **CAPÍTULO 7..... 76**

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

**CAPÍTULO 8..... 87**

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

**CAPÍTULO 9..... 100**

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomy Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

**CAPÍTULO 10..... 107**

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

**CAPÍTULO 11..... 118**

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

**CAPÍTULO 12..... 134**

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

**CAPÍTULO 13..... 149**

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

**CAPÍTULO 14..... 158**

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

**CAPÍTULO 15..... 176**

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva

Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

**CAPÍTULO 16..... 189**

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

**CAPÍTULO 17..... 203**

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

**CAPÍTULO 18..... 216**

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

**CAPÍTULO 19..... 227**

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

**CAPÍTULO 20..... 250**

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

**CAPÍTULO 21..... 259**

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>272</b>
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822">https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>281</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>282</b>

## DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Data de aceite: 24/08/2021

**Joelma Santos da Silva**

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFMA.

Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise das condições históricas específicas que iniciaram os processos de designação eletiva no Brasil e possibilitaram membros do clero católico que ocuparem cargos do Poder Legislativo durante a Assembleia Geral Constituinte de 1823 e a 1ª Legislatura do Império (1826-1829). Destaca ainda as propriedades sociais dos agentes envolvidos, vinculações regionais, partidárias, familiares, as trajetórias políticas, bem como os condicionantes de solidificação e rotatividade nas carreiras.

**PALAVRAS – CHAVE:** Designação eletiva; Clero; Política.

**ABSTRACT:** This article presents an analysis of the specific historical conditions that initiated the processes of elective designation in Brazil and enabled members of the Catholic clergy to occupy positions in the Legislative Branch during the General Constituent Assembly of 1823 and the 1st Legislature of the Empire (1826-1829). It also highlights the social properties of the agents involved, regional, party and family ties, political trajectories, as well as the conditions for

solidification and turnover in careers.

**KEYWORDS:** Elective Assignment; Clergy; Politics.

### AS JUNTAS PROVISÓRIAS E O INÍCIO DA DESIGNAÇÃO ELETIVA NO BRASIL

A inserção de clérigos católicos em cargos políticos eletivos no território brasileiro, via um processo censitário de designação eletiva<sup>1</sup>, o qual a produção historiográfica sobre o tema convencionou chamar de eleições, tem relação direta com o movimento revolucionário que emergiu na cidade do Porto, em agosto de 1820. Esse movimento, que rapidamente ganhou todo o território português, propôs a convocação de cortes lusas com o objetivo de elaborar uma Constituição de moldes liberais, questionando as bases do Antigo Regime em Portugal.

Em fevereiro de 1821, após intensa pressão de tropas portuguesas, comerciantes e pequenos proprietários, D. João VI jurou as futuras bases da Constituição portuguesa, o que inseriu o Rio de Janeiro no movimento revolucionário, prevendo também a eleição de deputados do Reino do Brasil para as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, a nomeação de um novo ministério e a volta da família real para Portugal, o que ocorreu no final de abril. No mesmo

1 PHÉLIPPEAU, Eric. "Sociogênese da profissão política". In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (Orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 188.

mês foi expedido um decreto das Cortes de Lisboa ao Rio de Janeiro, reconhecendo a legitimidade das Juntas criadas no Reino do Brasil, e daquelas que ainda viriam a se formar nos territórios ultramarinos portugueses, em prol da regeneração de Portugal<sup>2</sup>.

O objetivo desse decreto, ao validar a formação desses governos, independentemente da aprovação do Rio de Janeiro, foi de esvaziar politicamente a Regência de D. Pedro, ao que este reagiu articulando-se às Juntas instaladas no centro-sul, e pressionando as do norte<sup>3</sup> com uma fiscalização no âmbito político e econômico, a presença de tropas militares e funcionários da Fazenda Real.

As Juntas, então, constituíram-se em dois direcionamentos básicos: as revolucionárias, formadas à revelia da Corte do Rio de Janeiro; e as oficiosas, formadas já com o aval e dentro da legalidade do que foi estabelecido entre a Corte brasileira e Portugal. A partir disso, a formação de algumas Juntas como, por exemplo, a de São Paulo, ocorreu por aclamação e em meio às eleições para as Cortes de Lisboa, ampliando as disputas por poder entre forças sociais dominantes, mas também rivais, que se enfrentavam (até mesmo por meio de conflitos armados) pela conquista e manutenção de cargos eletivos, nas novas esferas de poder que iam se constituindo no Brasil.

As Juntas Provisórias de Governo provinciais tiveram uma curta, mas intensa existência, entre os anos de 1821 a 1823. Elas foram significativas para os desdobramentos políticos e institucionais ocorridos entre a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, contribuindo para a construção do Império a partir de princípios constitucionais e de representatividade política, uma vez que esse período tem como característica um acirrado enfrentamento político e rearticulação entre poderes locais e regionais, no interior das províncias, e entre diferentes províncias.

Essas disputas em torno da manutenção da adesão ao Império Luso-brasileiro ou reconhecimento da legitimidade do Rio de Janeiro, promoveram um amplo debate sobre as possibilidades de futuro político para o Reino do Brasil, calcadas não só, mas principalmente, em concepções e práticas liberais, que também tinham largo alcance junto ao clero<sup>4</sup>.

Esses governos provisórios foram definidos por Barman<sup>5</sup>, como *pátrias locais*, pois possuíam demandas específicas frente ao conflito de poderes entre as Cortes lisboetas e o governo do Rio de Janeiro. Carvalho<sup>6</sup> retoma essa perspectiva, mas demonstrando que as Cortes buscaram, desde o primeiro momento da organização desses governos, articulá-los

2 BERBEL, Maria Regina. *A nação como artefato: os deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 57.

3 Fora os deputados brasileiros que abandonaram as Cortes, ou que não tomaram assento, 28 dos 36 presentes, que votaram a aprovação da Constituição portuguesa em 23 de setembro de 1822, eram oriundos das províncias do norte. Os deputados de São Paulo não assinaram ou juraram a Constituição portuguesa. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

4 VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. P. 38-40.

5 BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

6 CARVALHO, op. Cit.

a um novo modelo administrativo, herdeiro do movimento vintista e do constitucionalismo. Entretanto, foi a partir delas que se pactuou uma adesão em torno de um projeto americano, como um contrato social promovido pelas elites, sobretudo do eixo centro-sul, em torno da manutenção das autonomias políticas que se julgavam ameaçadas pela preponderância portuguesa, garantindo assim uma soberania própria.

Os membros das Juntas deveriam ser escolhidos entre os “Cidadãos mais conspícuos por seus conhecimentos, probidade e aderência ao Sistema Constitucional”, o que funcionava, na concepção de Phélippeau<sup>7</sup>, tanto como uma ratificação pública da qualidade social dos indivíduos, quanto atestava o lugar que ocupam na hierarquia social, em um contexto ainda muito permeado pelas lógicas do Antigo Regime.

Nessa política de *notáveis* inseriu-se fortemente parte do clero católico, participando tanto das Juntas quanto das deputações às Cortes, podendo ser eleitos por qualquer Província, não sendo levado em consideração seu domicílio, residência ou naturalidade. Isso demonstra o poder e influência política, social e econômica desses agentes junto aos poderes regionais, não somente nos seus locais de origem, mas naqueles nos quais constituíram carreira eclesiástica, como, por exemplo, o padre Antônio Marques Sampaio, natural do Rio Grande do Sul, mas eleito deputado por Minas Gerais, onde era vigário colado na vila de Barbacena.

Essa inserção do clero católico em cargos eletivos foi possível porque, no Brasil, a Igreja ocupou um lugar privilegiado na formação social, cultural e política desde o empreendimento colonial, desempenhando um papel fundamental tanto na produção de reconhecimento e obediência à autoridade monárquica, quanto como parte do corpo burocrático do Estado por meio do regime do Padroado<sup>8</sup>. Esse fator, somado as dificuldades de Constituição de uma estrutura burocrática e administrativa ampla e profissional, possibilitou, no Brasil, a utilização da instituição católica e de seus agentes como parte do aparato administrativo do empreendimento estatal<sup>9</sup>.

Podemos perceber os reflexos dessa relação quando, das 17 Juntas criadas, 14 tinham clérigos entre seus membros, menos as de São Paulo, Alagoas e Piauí. As Juntas do Maranhão, Pará e Mato Grosso foram presididas pelos bispos daquelas dioceses, sendo que as de Alagoas, Ceará e Espírito Santo também foram presididas por agentes do clero.

Dos clérigos participantes de Juntas, 2 foram eleitos para a Assembleia Constituinte de 1823: Inácio Almeida de Fortuna (PE), e José Joaquim Xavier Sobreira (CE). Sendo que na 1ª Legislatura do Império foram 7 deputados: Francisco de Assis Barbosa (AL), Amaro de Barros de Oliveira Lima (PB), Galdino da Costa Vilar (PB), José Bento Leite Ferreira de Mello (MG), José Cardoso Pereira de Melo (BA), Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago (MA),

7 PHÉLIPPEAU, op. Cit.

8 SILVA, Joelma Santos da. *Entre a Política e a Religião: Os Padres Deputados na formação do Estado nacional brasileiro*. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2018.

9 SEIDL, Ernesto. “Sociologia histórica do Estado: igreja e construção nacional no Brasil e na Argentina”. *TOMO*, ano IX, n.º 09, 2006, p. 30-61.

Romualdo Antônio de Seixas (PA).

O padre Romualdo Antônio de Seixas, do Pará, futuro Arcebispo da Bahia, foi o único clérigo que participou tanto das Juntas, como presidente da Junta Provisória do Pará, quanto das Cortes de Lisboa, na qual tomou assento juntamente com seu tio e preceptor, Dom Romualdo de Sousa Coelho, bispo do Pará. Outro padre, Marcos Antônio de Sousa, futuro bispo do Maranhão, não foi membro da Junta de sua província, a Bahia, mas como Secretário de governo participou da Comissão eleitoral responsável por sua formação, tomando assento nas Cortes lisboetas. O padre José Ribeiro Soares da Rocha também foi membro da mesma Comissão eleitoral para a Junta baiana, e posteriormente foi eleito deputado para a 1ª Legislatura do Império.

## **CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO**

Após a Independência, o clero continuou a ter destaque na ocupação de cargos eletivos no Legislativo Nacional, como deputados e, posteriormente, senadores, e em algumas regiões participando mais ativamente dos Conselhos Gerais, o que pode explicar a predominância do grupo em algumas províncias, e não representatividade em outras, quando da Assembleia Geral Constituinte de 1823. Bem como o fato de importantes lideranças político-religiosas ainda não terem retornado das Cortes de Lisboa para representarem suas províncias no Legislativo nacional.

Outro elemento que pode explicar o grande número de clérigos nas deputações de algumas províncias, em relação a outras, é a distribuição desigual de deputados por Província. Pelas *Instruções*, de 1822, referentes as nomeações dos deputados para a Assembleia Geral Constituinte do Brasil, as maiores e mais populosas províncias teriam mais deputados.

Dentre os 22 padres deputados eleitos para a Assembleia Geral Constituinte de 1823, 7 haviam participado das Cortes de Lisboa, perfazendo 1/3 da representação total: Belchior Pinheiro de Oliveira, Francisco Pereira de Santa Apolônio, José Custódio Dias e Manoel Rodrigues Costa, de Minas Gerais; Francisco Agostinho Gomes (BA); Francisco Muniz Tavares (PE); José Martiniano Pereira de Alencar (CE).

Os deputados mineiros Antônio da Rocha Franco, José Custódio Dias e o mártir da Inconfidência, Manoel Rodrigues da Costa, foram os únicos eleitos tanto para a deputação de 1823, quanto a de 1826, tendo os dois últimos também participado das Cortes de Lisboa. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, e Dom Nuno Eugênio Lóssio e Seiblit, ouvidor e juiz desembargador em São Paulo, primeiro presidente da província de Alagoas, em 1824, com a tarefa de pacificar os ânimos após a Revolução de 1824, e em 1826 presidente da província da Bahia, participaram da Legislatura de 1826 como senadores.

Sobre os colégios eleitorais mineiros, Oliveira<sup>10</sup> chama a atenção para o fato de que, como os eleitores da época não votavam em candidatos isolados, mas em listas com o número total de membros da bancada provincial, é possível observar padrões de escolha e, conseqüentemente, grupos prévios a serem votados. Isso possibilitava membros da comissão eleitoral como juizes, ouvidores e clérigos, favorecerem candidatos alinhados com os diferentes projetos das elites locais. Isso fazia, por exemplo, a bancada mineira ter em duas eleições seguidas padres deputados de posições políticas diferentes, como o governista, Antônio da Rocha Franco, e o oposicionista, José Custódio Dias.

O padre José Custódio Dias, que além de padre foi administrador de fazendas da sua família, foi escolhido deputado em mais três Legislaturas, até se tornar Senador em 1835. Era membro da elite liberal moderada do sul de Minas, formada por grandes proprietários de terra, comerciantes, proprietários-comerciantes, homens poderosos socialmente, como seu pai, o fazendeiro português Custódio José Dias, grande criador de gado na região de Alfenas. Seu irmão, o capitão-mor Custódio José Dias, foi membro da Junta do governo provisório de Minas Gerais em 1822, deputado da 1ª Legislatura de 1826 e da sessão legislativa de 1833.

Já o padre Antônio da Rocha Franco estava ligado aos colégios eleitorais de Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará e Paracatú, nos quais o Executivo provincial era pró D. Pedro, como o próprio padre, que foi advogado dos auditórios de Vila Rica. Mas após a 1ª Legislatura Nacional só obteve mandatos nas deputações estaduais.

Em Pernambuco, das 13 vagas disponíveis para deputados, 6 eram ocupadas por clérigos. É possível perceber uma relação entre os movimentos revolucionários que antecederam a Independência e a eleição desses agentes, pois metade dos deputados constituintes eleitos participou diretamente da Revolução de 1817: Francisco Muniz Tavares, Inácio de Almeida Fortuna e Venâncio Henriques de Resende<sup>11</sup>.

Quanto ao Ceará, que de 8 vagas, 5 eram ocupadas por clérigos, Hoornaert<sup>12</sup> afirmou que “[...] no século XIX e na primeira metade do século XX, o Ceará era considerado o Estado mais católico do Brasil”, tendo os padres uma grande capacidade de domínio sobre a população, ainda mais quando estavam ligados a importantes clãs familiares, ou ainda quando eram os próprios chefes desses clãs. Esse era o caso do diácono José Martiniano de Alencar, que chegou a Senador do Império em 1832, e foi chefe do Partido Liberal naquela província até 1860. Isso acontecia porque as forças políticas daquela região tinham como característica a existência de uma sólida estrutura patriarcal que mantinha o controle do mecanismo eleitoral sob o poder de determinados clãs familiares.

10 OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823 – 1834*. 416 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014. P. 53.

11 MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014.

12 HOORNAERT, Eduardo. “Aldeamento e catequese”. In: CHAVES, Gilmar (Org.) *Ceará de Corpo e Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 269.

A Bahia, província que sediava a Arquidiocese brasileira, por sua vez, dispunha de um número significativo de cadeiras, 13, e teve proporcionalmente a menor representação de clérigos na Assembleia, somente 1. Isso se deve, possivelmente, ao fato de que a província possuía uma estrutura eclesiástica complexa, com cargos atrativos aos sacerdotes que, por sua vez, tinham mais possibilidades de ascender na elite eclesiástica, bem como uma disciplina sacerdotal mais próxima ao modelo tridentino, desde o estabelecimento das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, por D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1707<sup>13</sup>.

Sendo mandada realizar nova eleição em 1824, o novo contexto possuiu diferenças em relação à anterior, principalmente pelos eventos ocorridos quando do fechamento da Constituinte de 1823, como desconfiança das elites provinciais em relação aos intentos do Imperador, clérigos presos, outros regressados das Cortes de Lisboa, e a intensa participação de padres no movimento revolucionário que aconteciam em Pernambuco e no Ceará. Isso se refletiu nas eleições para a 1ª Legislatura, tanto em uma maior representação de clérigos em algumas províncias, quanto em diminuição ou ausência de padres eleitos deputados em outras, como é possível observar no **Anexo**, ao final do texto.

Dos 23 padres deputados eleitos para a 1ª Legislatura do Império, 20 iniciavam a vida no Legislativo Nacional, mas 09 estiveram presentes nas Cortes de Lisboa, o que corresponde, aproximadamente, a 39% da representação. Foram eles: Antônio Vieira da Soledade (RS), Diogo Antônio Feijó (SP), Francisco Agostinho Gomes (BA), Inácio Pinto de Almeida e Castro (PE), José Custódio Dias (MG), José de Barros Leite (AL), Manoel Rodrigues da Costa (MG), Marcos Antônio de Sousa (BA), e Romualdo Antônio de Seixas (PA). Outros 7 haviam participado de Juntas governativas, como citados anteriormente, e 7 ainda não possuíam experiência em cargos eletivos e de representação, mas atuavam politicamente em suas províncias. Possuíam cargos no Legislativo local, ligações familiares com a Coroa, jornais, ou carreiras eclesiásticas estabelecidas em cargos do alto clero.

O Padre Antônio Marques Sampaio, deputado governista mineiro, não conseguiu reeleição para o Legislativo nacional e terminou sua carreira política como deputado provincial. O padre João Chrysostomo manteve-se no Conselho Geral da província de São Paulo, ao mesmo tempo em que esteve na Câmara dos deputados; e após o fim do mandato continua sua carreira política em nível provincial. O Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal (RJ) foi deputado somente na 1ª Legislatura do Império. Entretanto, foi ministro plenipotenciário e figura fundamental da política externa e no reconhecimento da Independência do Brasil junto a Roma.

Januário da Cunha Barbosa (RJ), famoso padre e jornalista, membro da maçonaria, antes da eleição de 1824 esteve diretamente ligado a origem do Conselho de Procuradores, criado em 1822 e extinto em 1823, e aos movimentos que levaram à Independência, no Rio de Janeiro. Não foi reeleito, e ocupou a direção da Tipografia Nacional e do Diário

13 SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

Fluminense. O padre Pizarro, membro de família fidalga e ligada à Corte, possuía carreira eclesiástica estabelecida, tendo sido membro da Mesa de Consciências e Ordens, quando foi eleito deputado. Mas, ao fim da 1ª Legislatura não ocupou mais nenhum cargo eletivo.

O padre baiano José Ribeiro Soares da Rocha, não havia ocupado cargo legislativo antes de 1826, mas já possuía uma consolidada carreira eclesiástica como Promotor do Juízo eclesiástico, sendo reeleito para a legislatura seguinte. Do padre pernambucano Miguel José Reinault não consegui mais informações junto às fontes que possibilitassem traçar ligações com as elites locais nem identificar ocupação de cargos anteriores a 1826.

Esses dados e questões demonstram que os padres que exerceram mandato de deputados na Assembleia Geral Constituinte de 1823 e na 1ª Legislatura do Império, entrando oficialmente para a política nacional e o Poder Legislativo, por meio de processo eleitoral, já acumulavam larga experiência política no âmbito de suas províncias e mesmo na estrutura administrativa colonial. Isso lhes conferia um melhor treinamento para o exercício da função administrativa e notabilidade para serem escolhidos como os representantes “de fato” e “naturais” da construção do novo Estado.

O contexto que favoreceu a ascensão desses clérigos ao Legislativo Nacional, não serviu, entretanto, para consolidar a maioria de suas carreiras nesse espaço. Os que não se tornavam Senadores, ou eram designados para altos cargos no Executivo, retornavam, ao fim do mandato, para suas províncias de origem, nas quais mantinham carreiras políticas no Legislativo ou no Executivo, dedicavam-se à educação, às atividades jornalísticas, ou somente ao exercício das funções clericais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de alta e constante, a presença do clero em cargos eletivos nesse período inicial de estabelecimento de uma representação política formal sofreu uma alta rotatividade dos seus membros. Souza<sup>14</sup> considera que as carreiras políticas dos clérigos eram menos solidificadas pelo tempo e que esse grupo possuía menos experiência política do que outros, por isso o alto índice de renovação a cada nova legislatura.

Entretanto, a partir dos dados prosopográficos sobre a elite político religiosa do Primeiro Reinado levantados por Silva<sup>15</sup>, é perceptível a vasta experiência política, pessoal e familiar, da maioria desses agentes na administração colonial. Além do fato de que, na Câmara dos Deputados, a cada nova legislatura, havia uma renovação geral dos quadros de aproximadamente 50%.

Nessa perspectiva, considero que a alta rotatividade desse período deveu-se a configurações próprias das disputas políticas intraprovinciais, que alçavam novos religiosos

---

14 SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar a Tribuna. Os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro (1823–1841)*. 2010. 438 f. Tese (Doutorado em História política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

15 SILVA, 2018, op. Cit.

à membros da elite política do Império, e interrompiam as carreiras políticas de outros; e da Corte, na qual muitos progrediram nas carreiras políticas e religiosas por mercê do Imperador; bem como a eventos revolucionários, nos quais os padres participaram intensamente.

## REFERÊNCIAS

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BERBEL, Maria Regina. *A nação como artefato: os deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

HOORNAERT, Eduardo. “Aldeamento e catequese”. In: CHAVES, Gilmar (Org.) *Ceará de Corpo e Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa (Orgs.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823 – 1834*. 416 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.

PHÉLIPPEAU, Eric. “Sociogênese da profissão política”. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (Orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SEIDL, Ernesto. “Sociologia histórica do Estado: igreja e construção nacional no Brasil e na Argentina”. *TOMO*, ano IX, n.º 09, 2006, p. 30-61.

SILVA, Joelma Santos da. *Entre a Política e a Religião: Os Padres Deputados na formação do Estado nacional brasileiro*. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2018.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar a Tribuna. Os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro (1823–1841)*. 2010. 438 f. Tese (Doutorado em História política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

## ANEXO:

Quantidade de Padres eleitos por Província (1ª Legislatura do Império de 1826-1829).

PROVÍNCIA	Nº DE VAGAS	N.º DE PADRES ELEITOS	NOME
Alagoas	5	2	Francisco de Assis Barbosa
			Luiz José de Barros Leite
Bahia	13	5	Antônio Marques Sampaio
			Francisco Agostinho Gomes (não tomou assento)
			José Cardoso Pereira de Melo
			José Ribeiro Soares da Rocha
Minas Gerais	20	4	Marcos Antônio de Sousa
			Antônio da Rocha Franco
			José Bento Leite Ferreira de Mello
			José Custódio Dias
Pará	3	1	Manoel Rodrigues da Costa (não tomou assento)
			Romualdo Antônio de Seixas
Paraíba	5	2	Galdino da Costa Vilar
			Amaro de Barros de Oliveira Lima (não tomou assento)
Pernambuco	13	1	Miguel José Reinaut
Piauí	1	1	Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago
Rio de Janeiro	8	3	Francisco Corrêa Vidigal
			Januário da Cunha Barbosa
			José de Sousa Azevedo Pizzarro e Araújo
Rio Grande do Norte	1	1	Inácio Pinto de Almeida e Castro (morre em 1827)
Rio Grande do Sul	3	1	Antônio Vieira da Soledade
São Paulo	9	2	Diogo Antônio Feijó
			João Chrysostomo de Oliveira Salgado

Figura 1: Elaboração da autora.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

### B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

### C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

### D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

### E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

## F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

## G

Geoprocésamiento 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

## H

História oral 134

## I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

## J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

## M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

## N

Nacionalismo 64

## P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

## **Q**

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

## **R**

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

## **S**

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

## **T**

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

## **V**

Vale do Café 118, 121, 122

## **Z**

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021